

Monitor Político

22 de junho de 2021

macro research

| | |
|---|-----------|
| 1. Pautas da semana..... | 3 |
| 2. Contexto político..... | 4 |
| 3. Andamento das reformas..... | 6 |
| 4. Principais eventos de 2021..... | 8 |
| 5. Última pesquisa eleitoral..... | 9 |
| 6. Processo de tramitação..... | 10 |

Pautas da semana

Ambiente de Negócios MP 1040/21

- A Câmara dos Deputados pode votar o projeto nesta semana, que tem como prazo-limite o dia 9 de agosto.
- A medida visa eliminar exigências para a abertura de empresas, contribuindo para a aceleração do empreendedorismo no país.
- O relator da MP, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), deve fazer mudanças no texto original, como a criação do Cadastro Fiscal Positivo, por exemplo.

Passaporte Tributário (novo Refis)

- O projeto liderado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MDB-MG), pode ser votado na próxima quinta-feira.
- O PL 4728/20 reabre o prazo para adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária.
- O senador Fenando Bezerra (MDB-PE), relator do PL, pode optar por incluir as pequenas e médias empresas do Simples Nacional no programa.

CPI da Pandemia

Serão ouvidos nesta semana na CPI:

- (22/06) Osmar Terra – Dep. Federal (MDB-RS) e ex-ministro da Cidadania;
- (23/06) Francisco Emerson Maximiano – sócio e administrador da Precisa Medicamentos (representante da *Covaxin*); e
- (24/06) Filipe Martins – chefe da Assessoria Internacional do presidente da República;

Outras temáticas

- MP de Capitalização da Eletrobras aprovada ontem na Câmara com 258 votos.
- Senado pode votar a MP que aumenta em 5% a CSLL para bancos.
- Mudanças relacionadas ao Imposto de Renda podem chegar à Câmara amanhã (23/06).
- Conselho Monetário Nacional (CMN) se reúne para decidir a meta de inflação para o ano de 2024.

Contexto Político

Câmara dos Deputados

A Câmara iniciou a semana com uma sessão extraordinária para a votação da MP da Eletrobras, que foi aprovada com votação mais apertada que a ocorrida antes do texto ir ao Senado (258 votos a favor e 136 contra). O texto segue para a sanção presidencial, que tem até 15 dias úteis para sancionar o projeto. Este avanço na agenda econômica fortalece o presidente da casa, Arthur Lira (PP-AL), e abre espaço para o amadurecimento de outras pautas, como à Reforma Tributária, por exemplo.

Com isso, Lira tenciona começar nesta semana a tramitação do projeto da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) junto às mudanças sobre o Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas, com a definição do relator desta parcela da Reforma Tributária. O mercado monitora de perto o tema, que pode afetar a renda disponível das famílias e as decisões de investimento das empresas.

Senado

No Senado, o programa de refinanciamento de dívidas tributárias empresariais entrará na pauta, com a possibilidade de inclusão de pequenas e médias empresas dentro do texto. Essa mudança é embasada no cenário desafiador vivido pelos empreendedores com menor capacidade de financiamento e não será uma surpresa caso se concretize, dado que seguiria a linha de conduta do governo quanto à este segmento, que foi apoiado anteriormente com a regulamentação do Pronampe de forma definitiva.

Na contramão do Refis, o Senado pode votar também nesta semana a MP 1034/21, que aumenta a CSLL para os bancos em 5% e acaba com o Reiq, regime tributário diferenciado para o setor petroquímico.

Contexto Político

Executivo

Após a confirmação pelo Paulo Guedes da extensão do Auxílio Emergencial por três meses, a discussão que ganhou força no âmbito do Executivo é a reformulação do programa Bolsa Família. Após o presidente Bolsonaro ter declarado que o benefício poderia alcançar até 300 reais, ante 270 reais proposto pelo corpo técnico do Ministério da Economia, informações na imprensa relatam que o valor pode ficar no meio do caminho, em 284 reais. Caso se confirme este valor e o número de beneficiários alcance 17 milhões de pessoas, o gasto adicional seria de R\$25 bilhões, o que consumiria grande parte do “espaço” que estimamos no teto de gastos para 2022, de R\$31,1 bilhões. Apesar do cenário fiscal mais favorável, com a perspectiva de uma dívida/PIB abaixo de 85% no final de 2021, ameaças ao Teto de gastos podem reverter a trajetória de queda do risco país do Brasil e trazer instabilidade para os preços dos ativos.

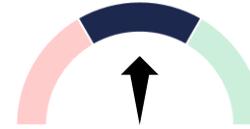
Judiciário

O julgamento no Supremo Tribunal Federal da lei que garante autonomia ao Banco Central foi interrompido na última sexta-feira logo após o pedido de vista do ministro Luis Roberto Barroso. O relator, ministro Ricardo Lewandowski, já havia se manifestado contrário à constitucionalidade da lei. O julgamento retornou à pauta ontem, mas agora terá o seu prazo de tramitação entre 25/06 e 02/08.

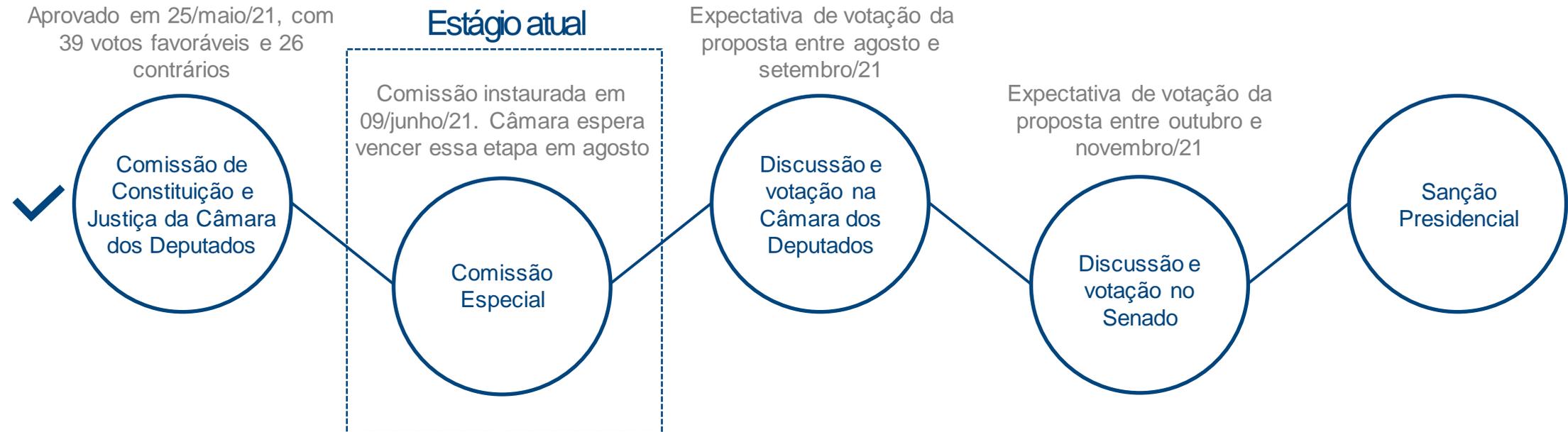
Não obstante, este evento seguirá no radar dos analistas do mercado de capitais, que entendem que a suspensão deste avanço institucional pode aumentar o prêmio de risco exigido pelos investidores para alocar recursos financeiros em ativos brasileiros, o que pode impactar, principalmente, os vértices mais longos da curva de juros.

Andamento das reformas

Reforma Administrativa – perspectiva neutra



O debate do projeto segue com fortes movimentações nos bastidores do Congresso. O relator do texto, deputado Arthur Maia (DEM-BA), confirmou na última semana a intenção de incluir juízes, procuradores e militares na PEC, mas reforçou que pontos do atual texto podem ser decididos posteriormente por meio de lei complementar ou lei ordinária, como a definição das carreiras de Estado, por exemplo.



Andamento das reformas

Reforma Tributária – perspectiva neutra

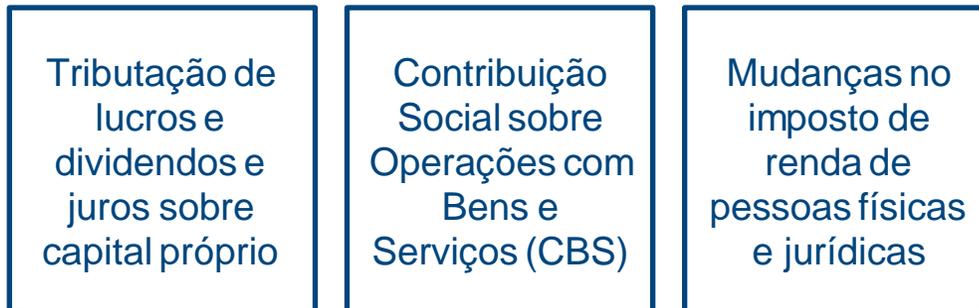


O Ministério da Economia deve enviar ao Congresso na quarta-feira o PLO que propõe mudanças no Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas e da tributação sobre lucros e dividendos, que tramitará junto ao PLO que trata da criação da CBS. O relator dessas temáticas pode ser definido pelo Arthur Lira também nesta semana.

O Passaporte Tributário pode ser votado no Senado na próxima quinta-feira. A expectativa é pelo avanço da pauta.

Projetos na Câmara dos Deputados

Projetos no Senado



Principais eventos de 2021

Primeiro semestre - realizado

Recesso político

Aprovação da PEC Emergencial
Aprovação do Orçamento da União

MP da Eletrobras aprovada na Câmara
Reforma Adm. aprovada na CCJC

Janeiro

Fevereiro

Março

Abril

Maio

Junho

Aprovação da autonomia do BCB
Aprovação do Fiagro no Senado

Sanção do Orçamento da União
Instalação da CPI da Pandemia

Instalação da Comissão Especial da Reforma Adm.
Aprovação da MP da Eletrobras

Segundo semestre – eventos no radar

Assinatura da extensão do Auxílio Emergencial

Avanço da Reforma Adm. na Câmara dos Deputados

Avanço da Reforma Adm. no Senado
Avanço da PEC 110/19

Julho

Agosto

Setembro

Outubro

Novembro

Dezembro

Avanço da Reforma Adm. na Comissão Especial

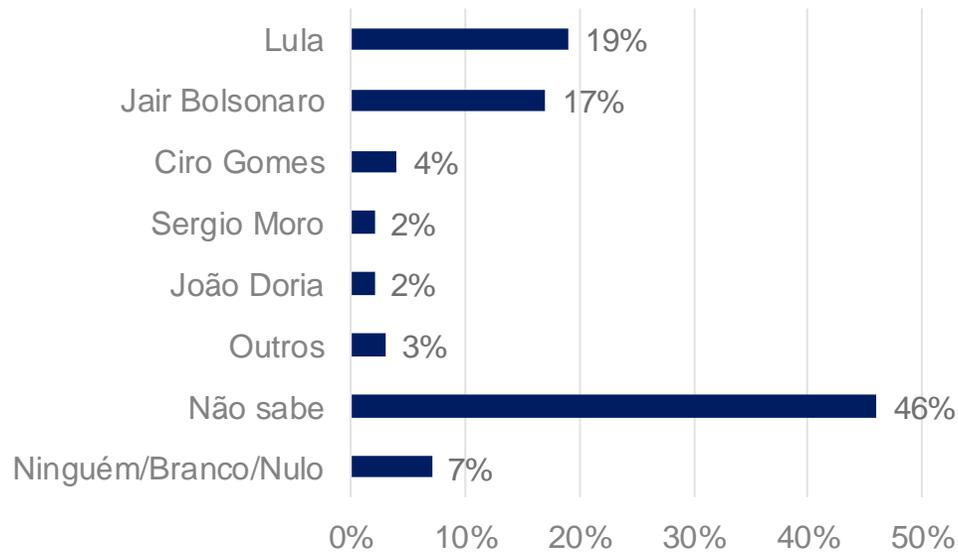
Início das discussões do Orçamento da União de 2022

Recesso político

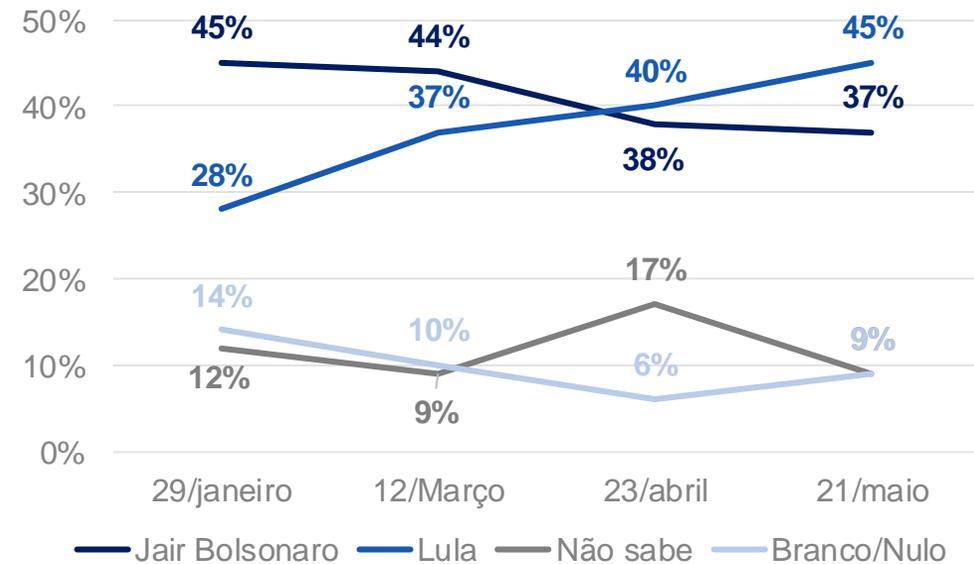
Última pesquisa eleitoral

Pesquisa realizada, entre 19 e 21 de maio deste ano, com homens e mulheres residentes no Brasil com idade igual ou superior a 16 anos. Pesquisa quantitativa nacional com aplicação de questionário estruturado junto a uma parcela representativa da população, selecionada por amostragem.

Primeiro turno – pesquisa espontânea



Segundo turno – líderes nas pesquisas



Processo de tramitação: principais normas legislativas

| | Proposta de Emenda à Constituição (PEC) | Lei Complementar (PLC) | Lei Ordinária (PLO) | Medida Provisória (MP) |
|---|---|--|--|---|
| Votos necessários para aprovação | 3/5 (308 deputados federais e 49 senadores) | Maioria Absoluta (257 deputados federais e 41 senadores) | Maioria Simples (+ de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para ocorrer a votação) | Maioria Simples (+ de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para ocorrer a votação) |
| Tramitação | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ∨ Comissão Especial (CE) ∨ 2 turnos na Câmara dos Deputados ∨ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ∨ 2 turnos no Senado ∨ Promulgação | Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ∨ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ∨ 1 turno na Câmara dos Deputados ∨ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ∨ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ∨ 1 turno no Senado ∨ Sanção (ou veto) presidencial | Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ∨ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) ¹ ∨ 1 turno na Câmara dos Deputados ∨ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva ²) ∨ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ³ ∨ 1 turno no Senado ∨ Sanção (ou veto) presidencial | Comissão Mista ∨ 1 turno na Câmara dos Deputados ∨ 1 turno no Senado ∨ Sanção (ou veto) presidencial |

¹ Se rejeitada, um terço dos deputados poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

² Significa que a proposta não precisará ser votada em Plenário.

³ Se rejeitada, um terço dos senadores poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

Disclaimer

Este relatório foi preparado pelo Banco BTG Pactual S.A (“BTG Pactual S.A.”) para distribuição somente no Brasil, sob circunstâncias permitidas pela regulamentação vigente. O BTG Pactual S.A. é o responsável pela distribuição deste relatório no Brasil. Nada neste relatório constitui indicação de que a estratégia de investimento ou recomendações aqui citadas são adequadas ao perfil do destinatário ou apropriadas às circunstâncias individuais do destinatário e tampouco constituem uma recomendação pessoal.

Este relatório possui caráter informativo, não constitui material promocional e não foi produzido como uma solicitação de compra ou venda de qualquer ativo ou instrumentos financeiros relacionados em qualquer jurisdição. Os dados que aparecem nos gráficos referem-se ao passado, a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura

Link: <https://www.btgpactualdigital.com/analises/disclaimer-macro>

Macro Research

economia@btgpactual.com

Álvaro Frasson

alvaro.frasson@btgpactual.com

Arthur Mota

arthur.mota@btgpactual.com

Leonardo Paiva

leonardo.paiva@btgpactual.com

Luiza Paparounis

luiza.paparounis@btgpactual.com

